

CRISE GLOBAL, CRESCIMENTO E DESAFIOS PARA MOÇAMBIQUE E SUA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO¹

Carlos Oya

INTRODUÇÃO

Um relatório recente do Banco Mundial (World Bank 2012) assinala, entre outras coisas, que a não ser que a economia global deteriore seriamente, as perspectivas para a África Subsaariana (doravante neste texto designada África) são positivas, com um ligeiro aumento do crescimento até 5.3% em 2012 e 5.6% em 2013 acima das taxas médias do período anterior à crise. Além disso, o crescimento parece estar a alastrar-se por um número cada vez maior de países, graças ao elevado preço das matérias-primas, às exportações e ao aumento do consumo. É cada vez mais frequente os grandes meios de comunicação destacarem o comportamento económico positivo de África e as suas mais que prometedoras perspectivas (veja-se por exemplo *The Economist* 2011).

Assim, a bem conhecida crise financeira e económica mundial parece até agora ter passado por grande parte de África sem causar grandes sobressaltos, ao ponto de se questionar se esta aparente solidez face à recessão augura novos e melhores tempos para as economias africanas. Tanto o FMI como o OCDE (OECD *et al.* 2010) prognosticavam uma recuperação mais rápida do que a prevista e realçavam a nova capacidade de reacção (*resiliência*) das economias Subsaarianas em comparação com crises anteriores, especialmente com a dos finais da década 70 que levou ao início do ajustamento estrutural dos anos 80.

¹ Este capítulo é uma versão adaptada e actualizada de Oya (2011).

Poder-se-ia pensar que este impacto da crise mundial nas economias de África, aparentemente menos significativo do que o previsto, se deveu à sua relativa marginalização do sistema económico capitalista (SEC) mundial.² Muito pelo contrário, pois na verdade as economias da região estão muito integradas na economia capitalista mundial; o seu grau de abertura em termos de comércio internacional é muito elevado e a sua exposição às flutuações dos mercados internacionais é evidente, como demonstrou o impacto da crise alimentar de 2007-08. Além disso, a integração relativamente desfavorável e vulnerável das economias africanas na cena internacional aumenta, em parte, a sua debilidade estrutural face aos ciclos do capitalismo, embora, comparando com outros espaços regionais, os mecanismos de transmissão da crise possam variar devido às diferentes características estruturais. De facto, os dados oficiais de 2008 e 2009 demonstraram que África não era alheia às oscilações da economia global. Como diz Lawrence (2010, p.245): ‘A combinação da recessão, que é algo que sucede com bastante frequência, e a quebra financeira, que sucede mais raramente, teve efeitos dramáticos, embora diferentes, em todas as economias.’

Por outro lado, para quem habita o sub-continente pode realmente parecer estranho falar de ‘crise’, num contexto de níveis de pobreza já por si muito elevados, fraco desenvolvimento industrial e pouca capacidade de competir nos mercados internacionais. Na literatura sobre crescimento económico tem-se sugerido que África é um caso excepcional, com um desempenho económico inferior ao esperado ao nível de rendimento *per capita*. Sobre as economias da região há actualmente uma combinação de pessimismo tradicional (reflectido na literatura sobre a “dummy africana – ver secção abaixo) e optimismo superficial derivado dos dados de crescimento económico dos últimos dez anos. De facto, desde a difusão dos programas de ajustamento estrutural (PAEs), poucas economias africanas tinham atingido a cifra de 5% de crescimento anual real, mas desde o ano 2000 que esta meta foi ultrapassada por um número considerável de países com diferentes trajectórias económicas e estruturas produtivas. A verdade é que a história económica africana pós-colonial (desde o início dos anos 60) contém as contradições típicas do desenvolvimento capitalista à escala mundial, talvez com alguns traços mais acentuados. Estas contradições são bem conhecidas da história recente do capitalismo, mas durante o período de financeirização neoliberal, nos anos 80, acentuaram-se, quando possível, ou modificaram-se parcialmente. No entan-

² O facto de os sistemas financeiros e bancários africanos não estarem tão integrados nos circuitos internacionais e, portanto, não sujeitos aos “activos tóxicos”, tem sido frequentemente citado como motivo de esperança face à crise.

to, apesar das fortes reacções anti-finanças que a crise provocou à escala mundial, o certo é que as intervenções dos Estados não fizeram senão salvar a força estruturante da financeirização, sem questionar radicalmente o modelo capitalista fundado na autoridade dos mercados financeiros e a regulação neoliberal. Isto sucedeu à custa de um significativo aumento das contradições, especialmente entre grupos sociais e também entre modelos de capitalismo e em parte entre Estados.

Este capítulo tentará fornecer algumas notas em relação à forma como a crise global se fez sentir em África, os seus traços mais significativos, e abordará criticamente a aparente “resilience” (resistência ou capacidade de reacção) das economias africanas face à actual conjuntura. Isso exige também uma avaliação das dinâmicas e processos que caracterizam a chamada África “emergente” e o período de *boom* experimentado em muitos cantos do continente entre 2000 e 2007. Contudo, o novo optimismo sobre África baseia-se em suposições e análises demasiado superficiais, que não levam suficientemente em conta as características mais marcantes das dinâmicas africanas de crescimento. Assim, far-se-á uma avaliação crítica do período precedente à crise, os factores do aparente êxito e a realidade dos padrões de crescimento económico observado no período 2000-07. Finalmente, reflectir-se-á sobre as implicações que a crise e a chamada “emergência” africana têm para Moçambique, um país frequentemente incluído na lista de casos de êxito e exemplo frequente do “Emerging Africa”.

UMA CRISE COM MAIÚSCULAS

Além da natureza da crise actual, como observa Fine (2010), o forte domínio da financeirização sobre o SEC desde há, pelo menos, três décadas não só faz com que o capitalismo contemporâneo seja vulnerável a crises de profundidade e amplitude maiores, quer em incidência, quer em origem, como também contribui notavelmente para o abrandamento gradual dos processos de acumulação à escala global e nacional desde o fim do *boom* do pós-guerra. Em termos da *longue durée* do capitalismo, a vítima destas transformações é a “acumulação real” (ou produtiva), que se vê condicionada pelas dinâmicas da “acumulação fictícia”. Como defenderemos neste capítulo, a África Subsaariana não escapa a estas tendências estruturais globais, como se poderia esperar de um sub-continente relativamente à margem dos circuitos do capitalismo financeiro. Os efeitos directos e indirectos da financeirização e a regulação neoliberal

que impera desde os anos 80 sobre as economias e políticas públicas em países africanos são mais profundos do que podem parecer a um olhar superficial sobre as suas recentes trajetórias económicas.

Perante a crise de 2008 e a muito antecipada recessão mundial de 2009, que em algumas economias da OCDE (leia-se a zona Euro, por exemplo) se foi aprofundando até aos nossos dias, havia expectativas diferentes sobre a forma como África seria afectada. Embora muitos opinassem que os efeitos não seriam tão devastadores, devido à pouca exposição dos sistemas financeiros da região aos activos ‘tóxicos’, outros diziam que a própria abertura económica da maioria das economias da região e a sua dependência em relação aos mercados da OCDE seriam condições suficientes para uma dolorosa transmissão da recessão no mundo industrializado e ao comportamento das economias Subsaarianas (Lawrence 2010). Fosu (2010) faz uma distinção empírica entre o choque pela via do comércio (“trade shock”) e o choque financeiro (“financial shock”). Este último inclui não só a exposição do sistema financeiro à crise global, como também, principalmente, os efeitos sobre os vários fluxos de financiamento relevantes para os processos de crescimento africano. Portanto, em geral, antecipavam-se três canais “reais” de transmissão: (a) a queda da procura de produtos básicos e, portanto, do valor das exportações (via volume e preços), um dos motores-chave do crescimento em 2000-07; (b) a redução das remessas de emigrantes; e (c) a estagnação ou redução dos investimentos estrangeiros directos (IED). Os dados de 2008 e 2009 confirmam terem sido estes os mecanismos fundamentais de transmissão da crise global na fase inicial, principalmente, o efeito do comércio internacional, cujo impacto no PIB é maior do que o do IED ou das remessas (Lawrence 2010; IMF 2010). Por seu lado, o IED sofreu uma contracção significativa de 36% em 2009 (OECD *et al.* 2010), com grandes empresas multinacionais, como a Arcelor-Mittal, a cancelar importantes contratos em países de África Ocidental, embora apenas um ano antes as boas perspectivas dos mercados de produtos básicos (recorde-se o *boom* dos índices de *commodities* em 2008) tivessem impulsionado notavelmente o crescimento dos fluxos privados de capital. Por outro lado, o comportamento das remessas não foi tão mau como se esperava, pelo menos em termos agregados. Segundo dados do *African Economic Outlook* (AEO), as remessas dos emigrantes caíram apenas 2,8%, menos do que se previa, sobretudo tendo em conta o impacto da recessão nos países da OCDE sobre o emprego e o rendimento dos imigrantes (OECD *et al.* 2010). Nem sequer se concretizaram as perspectivas mais pessimistas em relação aos fluxos de ajuda externa, pois vários governos da OCDE cumpriram a promessa de não cortar a

curto prazo os seus orçamentos de ajuda. Além disso, instituições multilaterais como o FMI, o Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento incrementaram o seu contributo precisamente para apoiar a expansão ou manutenção do espaço fiscal necessário para compensar, em parte, os efeitos negativos da recessão mundial sobre as finanças públicas.

Portanto, de acordo com os dados disponíveis até 2011, estes mecanismos de transmissão ocorreram em quase todos os países, de forma muito desigual, mas não com a intensidade esperada, nem sequer com a duração prevista, pelo menos se nos limitarmos à informação disponível sobre fluxos de capital, comércio, remessas e crescimento económico.³ O relatório do FMI para África Subsaariana destaca também que, após uma queda significativa da taxa de crescimento em 2009, se observou um retorno relativamente rápido às taxas do período anterior à crise, cerca de 5% (taxa de crescimento real do PIB) em 2010, prevendo-se 5,5% em 2011. Portanto, a aparentemente efémera queda do crescimento e dos investimentos sugere que a deterioração observada em 2008, e especialmente em 2009, talvez tenha sido um acidente e que o modelo experimentado no período de bonança pode ter continuidade. Para explicar a aparente “resiliência” de África Subsaariana face à crise mundial, o *Africa Economic Outlook 2010* da OCDE e o relatório do FMI (IMF 2010) sugerem que a combinação de prudência fiscal antecipada, o controlo da inflação e a acumulação de reservas (sempre sob recomendação do FMI) permitiu a alguns países contar com um certo espaço fiscal para amortecer os efeitos da recessão a curto prazo. Por outras palavras, apontam como factor importante a gestão macroeconómica ortodoxa do período de *boom*, tentando assim justificar os quadros de política macroeconómica defendidos pelas instituições de Bretton Woods. Porém, desta vez o comportamento relativamente menos ortodoxo do FMI, em comparação com a experiência dos anos 80, permitiu o uso deste espaço fiscal para promover políticas anti-cíclicas, embora isto, de facto, apenas tenha acontecido em alguns países da região e não como regra geral (Weeks 2009). Poder-se-ia pensar que esta atitude aparentemente mais flexível do FMI fosse reflexo do dano que a crise financeira tinha causado à credibilidade da instituição. No entanto, é verdade que, em situações normais, raramente é revisto o teor das políticas macroeconómicas, especialmente em relação a países de baixo rendimento, todavia

³ Houve até alguns países cujas taxas de crescimento aumentaram no período crítico de 2007-2009, como é o caso da República do Congo (“Congo-Brazaville”), Guiné-Bissau, Eritreia e Malawi, alguns dos quais com comportamento económico negativo no período geral de *boom* anterior à crise (Fosu 2010, p.12).

muito sujeitos aos programas do FMI (incluindo os *Policy Support Instruments* sem empréstimos associados), devido ao impacto que isso tem noutros fluxos de ajuda externa.

O nexó do comércio exterior é por sua vez interessante, pois a demonstração empírica parece sugerir que a reorientação do destino das exportações africanas para a Ásia criou condições para que a crise europeia não se fizesse sentir muito em várias economias africanas.⁴ Assim sendo, o facto de o impacto da crise global nas economias asiáticas emergentes ter sido aparentemente curto e pouco intenso afectou por arraste positivamente as economias africanas que mais reorientaram o seu comércio para aquela região, especialmente os exportadores de matérias-primas e combustíveis. Mas pode-se pensar se a “resistência” das economias emergentes, sobretudo as do Leste da Ásia, persistirá se, por exemplo, a recessão na Europa se agudizar. Tarde ou cedo se fará sentir o impacto nas perspectivas de crescimento asiáticas de médio e longo prazos.

Em todo o caso, apesar de efectivamente até agora a crise 2008-09 não parecer ter o mesmo impacto desolador da crise dos anos 70, é preciso refrear o optimismo e rever alguns factos não negligenciáveis. Primeiro, tendo em conta a dinâmica favorável do período anterior, não se pode negar que o impacto a nível macroeconómico foi bastante significativo, por muito fugaz que de momento pareça. A este respeito Lawrence observa:

Na realidade, a recessão e a crise aplicaram um duro golpe às economias de África Subsaariana. O crescimento real do PIB da zona, que havia oscilado entre os 6% e 7% anuais durante a maior parte da década, caiu para 5,5% em 2008 e calcula-se que tenha caído para 1,3% em 2009 (Lawrence 2010, p.427).⁵

Em termos comparativos, se observarmos os dados dos dois anos em que a recessão atingiu duramente a economia mundial, o desempenho da África Subsaariana no seu todo não é propriamente animador, uma vez que registou um crescimento médio de 1% *per capita* (incluída a contracção em 2009), muito abaixo dos 4,4% registados na Ásia Meridional ou dos 7,1% das economias em desenvolvimento do Leste da Ásia (Cramer, Johnston & Oya 2009). Por outras palavras, embora no que tange a crescimento económico África pareça não ter sofrido a crise global com a mesma in-

⁴ Embora isto não melhore o modelo “exportador-primário” dos países africanos, sendo as matérias-primas, sobretudo o petróleo, os principais produtos de exportação para a Ásia.

⁵ Este dado foi alterado para 2,5% pelo relatório do FMI (IMF 2010, p.3).

tensidade que os países da OCDE ou da América Latina, não se pode afirmar que tenha escapado dela. Está tão sujeita ao ciclo económico do SEC como qualquer outra região. Weeks (2009) recorda-nos que a correlação existente entre o comportamento económico de África e o das economias da OCDE continua sendo bastante relevante, apesar da importância crescente dos parceiros comerciais asiáticos. Em média e adaptando ao período mais desastroso dos anos do ajustamento estrutural (1980-95), um ponto percentual de crescimento médio na OCDE está para 0,42 pontos percentuais de crescimento em África com um ano de atraso. A descrição das flutuações do crescimento económico corrobora a integração das economias africanas nos ciclos globais, especialmente dos países da OCDE, embora com uma notável diversidade de casos.

Segundo, passando da análise mais agregada para a análise da realidade concreta de países específicos, constata-se que a “resiliência” africana é de facto menos significativa, se comparada com a resistência e reacção observadas na Ásia e em alguns países emergentes da América Latina, reflectindo-se no impacto da recessão mundial na África do Sul, país que concentra uma importante proporção do PIB subsaariano. Neste país o impacto sobre o sector industrial e mineiro e sobre o emprego e a qualidade de vida das classes mais pobres foi imediato e desolador, com mais de meio milhão de postos de trabalho perdidos, um processo de desindustrialização preocupante e uma crescente tensão social (Padayachee 2010). De acordo com Marais (2009), o colapso do sector de mineração em finais de 2008 e princípios de 2009 foi o maior de que há memória na história do país (mais de um terço de queda de produção); houve um aumento de quase 50% de empresas encerradas durante os primeiros quatro meses de 2009; o sector manufactureiro também sofreu quedas de mais de 20% na sua produção entre finais de 2008 e meados de 2009; mais de 20% da capacidade industrial instalada não foi utilizada. Sendo esta a principal economia africana de grande escala, estas quedas não se podem considerar irrelevantes. Até hoje se notam as sequelas sociais e económicas da recessão global na África do Sul. Além da sul-africana, outras economias aparentemente sólidas como a do Botswana e do Kenya, bem como de outros exportadores de minerais como a Zâmbia, que haviam crescido notavelmente no período anterior à crise, sofreram em 2009 grandes recessões e perdas de postos de trabalho na indústria (Cramer, Johnston & Oya 2009, p.651).

Há outros exemplos que levam a questionar a utilidade de se centrar exclusivamente na observação das tendências macroeconómicas, em especial nas taxas de crescimento económico, como variáveis fundamentais. No caso do Uganda, o declínio do crescimento económico foi bastante limitado pois, em 2009, registou-se uma taxa

de crescimento real de cerca de 7%, abaixo dos 8,5% dos dois anos precedentes, mas muito acima da média da África Subsaariana. No entanto, como demonstra o relatório de Sender e von Uexkull (2009), o impacto nas vidas dos trabalhadores e famílias mais vulneráveis foi bastante mais evidente. Os autores concluem que o impacto mais determinante foi o declínio muito acentuado dos salários reais dos trabalhadores e o incremento da severidade da pobreza. O principal canal de transmissão é o preço dos alimentos combinado com salários nominais estagnados. Os empresários e investidores aproveitaram a conjuntura da crise para justificar a sua resistência a aumentos salariais, inclusive em sectores que não foram directamente afectados pela crise. Sender e von Uexkull (2009) acrescentam que a situação foi agravada pela depreciação da moeda como resultado da forte abertura da conta de capitais e as saídas de capital de carteira em 2008 e 2009. Portanto, a vulnerabilidade da classe trabalhadora mais pobre no Uganda é tal que qualquer choque tem sérias consequências num contexto de pobreza já de si importante. Assim, apesar dos dados macroeconómicos positivos do Uganda, frequentemente citados pelos países doadores, há um desequilíbrio estrutural entre a oferta e a procura de emprego, com uma crescente reserva de mão-de-obra não qualificada, de baixa escolaridade e um estado de sub-investimento em sectores de trabalho intensivos que limita demasiado a criação de postos de trabalho decentes. Se a isto juntarmos a quase inexistência de um sistema de protecção social e instituições de mercado de trabalho incipientes, qualquer restrição aos investimentos, à procura de emprego ou choque sobre os preços dos bens essenciais tem um grande impacto social. Pela primeira vez em muito tempo, o Presidente Museveni enfrenta violentos levantamentos sociais na capital em protesto contra o agravamento dos níveis de bem-estar e o aumento dos preços de alimentos e combustíveis. Tudo isto com uma taxa de crescimento anual do produto de 7%.⁶

O que sucedeu no Uganda em relação aos preços de bens básicos e à crescente tensão social não é excepcional. De facto, talvez tenha sido o fenómeno mais evidente associado à crise e que teve sérias consequências políticas em muitos países da região, incluindo o gigante sul-africano, onde, mesmo com um governo supostamente mais de esquerda (liderado pelo populista Jacob Zuma), a tensão social aumentou notavelmente (Padayachee 2010). Em 2009 a UNCTAD prognosticava o incremento do número de pobres, de entre 12 e 16 milhões adicionais, como resultado do impacto da crise, fundamentalmente devido aos efeitos negativos sobre o emprego e o impacto da

⁶ Veja <http://www.guardian.co.uk/world/2011/apr/29/uganda-riots-kampala-museveni>

inflação dos preços de alimentos (UNCTAD 2009).⁷ Sem dúvida, a crise alimentar global, com as fortes flutuações dos preços de alimentos básicos desde 2007, caracterizadas por fortes subidas em 2008 e mais recentemente também em finais de 2010, teve um impacto notável no bem-estar dos mais pobres em particular, mesmo nos países ‘emergentes’ mais célebres, como Moçambique, onde pela primeira vez, desde o final da guerra, se desencadearam episódios alarmantes de violência social em resposta ao aumento do custo da vida, especialmente nas zonas urbanas.⁸ De novo, tudo isto num contexto de taxas de crescimento económico mais do que respeitáveis.

De modo geral e apesar da chamada “resiliência”, é preocupante a vulnerabilidade das economias do continente, os riscos associados à recuperação do padrão de crescimento verificados na década de 2000. Até o FMI e a OCDE indicam riscos não negligenciáveis apesar do cenário aparentemente favorável. Em primeiro lugar, a excessiva dependência das tendências na economia global dado o grau de abertura dos países africanos e a importância dos fluxos de capital externos (incluindo as remessas); se o cenário internacional for pior do que o esperado, isso afectará muito os prognósticos para África. Em segundo lugar, a instabilidade política presente em determinados países e as possíveis consequências dos custos sociais da crise podem ameaçar as perspectivas de recuperação mais duradoira. De facto, estes riscos reflectem a fragilidade da actual recuperação que está estreitamente ligada às características dos processos de crescimento típicos da região no período anterior à crise e na sua trajectória desde os anos 60, que passamos agora a analisar nas duas secções seguintes.

ÁFRICA EMERGENTE?

Os dados de crescimento económico para o período 2000-07 dão uma imagem muito positiva a um importante conjunto de economias da região, que levou muitos analistas a usar cada vez mais frequentemente o termo “emergente” em relação a África. No período anterior à crise, em termos agregados, o conjunto de África Subsaariana cresceu, *per capita*, ao ritmo de 1,7% entre 1995 e 2007 e à média de 2,3% entre 2000 e 2007, superando assim o balanço desastroso agregado do período 1980-95 em que o referido crescimento foi negativo na maioria dos países da região. No entanto, por

⁷ O Banco Mundial também refere repetidamente esta tendência desde a crise alimentar de 2007-08.

⁸ Ver também Oya (2009), para uma análise das consequências da crise alimentar em África, que é pertinente após os levantamentos registados nos meses recentes.

trás destas recentes tendências agregadas esconde-se uma importante heterogeneidade pois, apesar de um grande número de economias terem registado crescimento positivo, o certo é que há um grupo com crescimento acelerado que contrasta com outro grupo de países cujo desempenho melhorou apenas ligeiramente ou até piorou (neste último caso são exemplos significativos o Zimbabwe e a Costa do Marfim). Por isso, é necessário primeiro distinguir entre *clusters* de economias em crescimento e grupos de economias em recessão ou estagnação.

Entre os mais dinâmicos podemos destacar, por um lado, um grupo de 15 países (chamêmo-lo G-15 africano) que cresceu a uma taxa anual de mais de 3% *per capita* no período 2000-07, algo que não se verificava desde os anos 60 e 70, antes do período do ajustamento estrutural dos 80 e 90.⁹ Este conjunto de países cresceu em média ao ritmo de 5,4%, com pelo menos oito deles crescendo a um ritmo superior a 5%.¹⁰ Muitos países deste grupo, especialmente aqueles que atingiram ritmos de crescimento espectaculares, são exportadores de petróleo (Guiné Equatorial, Angola, Chade, Nigéria e Sudão). Usando um critério menos exigente, como taxas de crescimento do PIB *per capita* acima de 2%, Radelet (2010) destaca, no período 1996-2008, a existência de um grupo de 17 países africanos “emergentes” (chamêmo-lo G-17 Radelet), que se caracterizam por não serem exportadores de petróleo, além de incluir seis micro-estados como Cabo Verde, Lesotho ou São Tomé e Príncipe e outros países pouco populosos (Botswana, Namíbia).¹¹

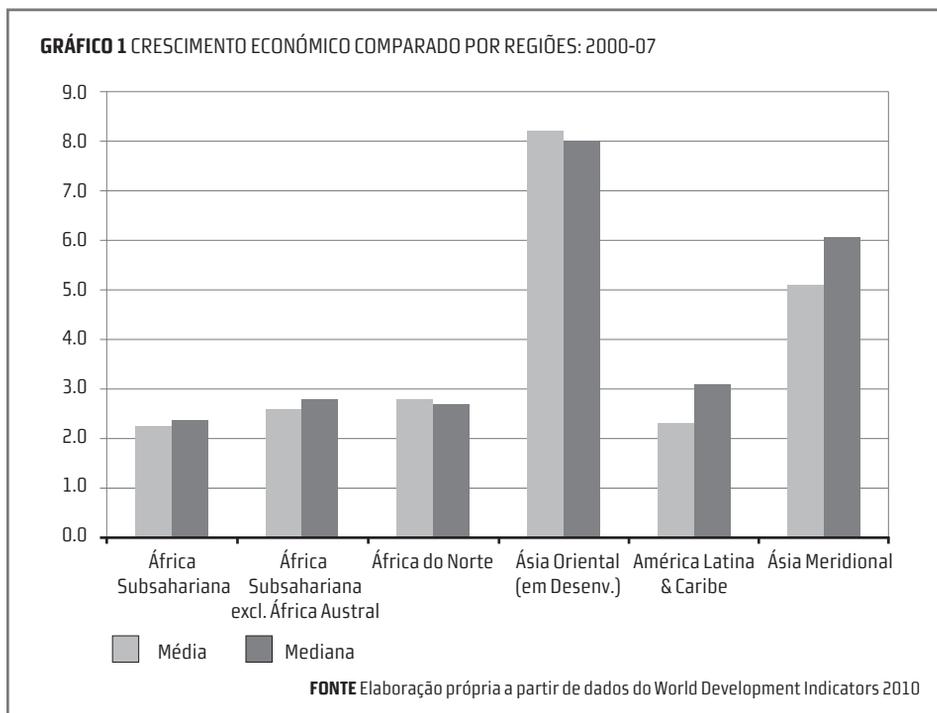
Estas cifras, embora não sem precedentes, são questionáveis, como demonstra Jerven (2010a; 2010b). Convém portanto relativizar o êxito económico da região Subsaariana no seu conjunto, durante os períodos pré-crise. É certo que, comparado com os maus resultados do período 1980-95 ou 1980-99, o registo de crescimento económico durante o período 2000-07 foi bastante positivo, não diferindo ainda assim da economia mundial no seu todo. Além disso, se compararmos os resultados destes

⁹ Trata-se de um critério exigente se tivermos em conta que a taxa de crescimento *per capita* à escala mundial desde 1950 tem sido de cerca de 2% (Jerven 2010a, p.26).

¹⁰ Entre estes destacam-se os de crescimento mais acelerado: Guiné Equatorial, um micro-estado “abençoado” pela abundância do petróleo e taxas anuais de crescimento *per capita* de 16% (ou cerca de 10% em mediana); Angola, país petrolífero e diamantífero saído de uma longa guerra civil em 2002 e com taxas anuais de crescimento *per capita* superiores a 9% no mesmo período; Serra Leoa, com taxas superiores a 6%, também depois de sair de um longo e sangrento conflito civil.

¹¹ Segundo Radelet (2010), este grupo congrega 300 milhões de habitantes, aproximadamente 37% da população total de África Subsaariana, a maioria dos quais (dois terços) concentrados em apenas quatro dos 17 países mencionados (Etiópia, África do Sul, Tanzânia e Uganda).

grupos emergentes com o comportamento das economias emergentes da Ásia e América Latina, os resultados deixam de ser tão atraentes. Por exemplo, o Leste asiático cresceu uma taxa anual de 8.2% *per capita* entre 2000 e 2007, principalmente com o impulso da China e do Sudeste Asiático. Durante o mesmo período a Índia cresceu a uma média de 5.7% (6.8% taxa mediana de crescimento *per capita*), enquanto a América Latina cresceu a um ritmo muito semelhante ao de África em termos de média, mas superior se utilizarmos a mediana (ver Gráfico 1).



As economias emergentes do G-15 africano e do G-17 de Radelet são, sem dúvida, destacáveis pelos seus bons registos macroeconómicos, embora não deixem de ser grupos relativamente heterogéneos, pelo que não é de grande utilidade generalizar excessivamente.¹² Por exemplo, o G-15 africano inclui uma miscelânea de países exportadores de petróleo e de outros produtos minerais cujos preços aumentaram exponencialmente no período 2000-07 (*commodity boom*) e também alguns países que não conheceram melhorias substanciais em termos de intercâmbio (como Cabo Ver-

¹² Os dois grupos juntos constituem no total 23 países, praticamente metade dos da região subsaariana.

de, Maurícias ou Etiópia). Em princípio, o G-17 de Radelet não inclui exportadores de petróleo, mas sim países tradicionalmente dependentes de exportações de minerais (por exemplo, Zâmbia, Bostwana, Namíbia) ou cujos sectores de extracção mineira foram motores do recente crescimento económico, como é o caso de Moçambique, Tanzânia, Mali, África do Sul ou Ghana (que de facto já é um exportador de petróleo) e largamente beneficiados pelo *commodity boom* pós-2000.¹³ Os dois grupos reúnem países que viveram prolongados períodos de paz e estabilidade política (Zâmbia, Ghana, Tanzânia, Maurícias, Botswana, etc.) e países saídos de violentos e devastadores conflitos e apoiados por fortes contribuições da ajuda internacional (Moçambique, Ruanda, Serra Leoa).

É também digno de nota o facto de a maior economia de África, aquela que sem dúvida dispõe de um tecido produtivo melhor articulado e de uma infra-estrutura fora do comum para a região - a África do Sul - ter registado taxas de crescimento realmente pouco destacáveis, em média de 0,9% *per capita* entre 1994 (ano das eleições livres) e 2003 e de 3,9% entre 2004 e 2007 (Marais 2009), num período em que a pobreza e o desemprego chegaram mesmo a aumentar.¹⁴ Neste período também houve poucas mudanças estruturais na África do Sul, pois o complexo extractivo energético-mineiro continuou dominando a estrutura da economia, enquanto as finanças foram adoptando um papel sempre mais determinante na estratégia do capital sul-africano, cada vez mais virado para o exterior do país (Fine 2008).¹⁵

Além da mencionada heterogeneidade, um olhar mais atento ao padrão de crescimento deixa dúvidas sobre a sustentabilidade e eficácia dos processos de crescimento observados no decénio de 2000 e a recuperação pós-crise.¹⁶ Em primeiro lugar, a experiência das acelerações de crescimento pós-2000 ou pós-1995 não é uma novidade. Pelo contrário, pode-se enquadrar no conceito de “crescimento recorrente” (*recur-*

¹³ Assim, mais de metade dos 23 países dos dois grupos combinados são muito dependentes das exportações de petróleo ou de algum produto mineral básico (cobre, diamantes, ouro, etc.).

¹⁴ Além disso, a melhoria no período 2004-07 é também atribuída a uma considerável queda do crescimento demográfico de 2,5% em 2000 para menos de 1,2% no período 2004-07, em parte devido aos efeitos da pandemia do HIV-SIDA.

¹⁵ Em relação a estas mudanças, Fine (2008) destaca a crescente incidência da fuga de capitais desde 1994. Ver também Padayachee (2010).

¹⁶ Uma avaliação crítica deveria começar por assinalar os problemas de fiabilidade e comparabilidade dos dados do PIB e dos principais agregados macroeconómicos, que dificultam seriamente generalizações e análises sobre ‘crescimento’ ou ‘crise’ em África. Para uma avaliação mais aprofundada destas questões ver Jerven (2010b). Ele demonstra, por exemplo, que uma taxa estimada de crescimento anual de 3% pode ser consistente com uma realidade de crescimento entre 0 e 6%.

rent growth) sustentado por Jerven, que oferece exemplos de arranque generalizados semelhantes em diferentes épocas da história económica de África Subsariana, desde a era pré-colonial até aos nossos dias (Jerven 2010a)¹⁷. Num exercício exemplar de análise da *longue durée*, Jerven refere, entre outras coisas, que os episódios recorrentes de crescimento em África têm sido frequentemente seguidos por períodos de declínio ou estagnação mas que, sobretudo, tiveram sempre um carácter essencialmente “extravertido” e historicamente dependente de fontes externas, na medida em que os preços dos produtos primários exerceram neles um papel dinamizador, o que também é demonstrado pela experiência do G-15 pós-2000 (o caso da Zâmbia e os preços do cobre é muito elucidativo a este respeito). De facto, mesmo juntando o G-15 e o G-17 de Radelet, em 2008 os termos de intercâmbio eram em média 17% superiores comparados com 2000, principalmente para os exportadores de petróleo e outros minerais. Hailu (2008) destaca ainda a forte dependência de muitos dos “emergentes” africanos (também conhecidos como ‘cheetahs’ -chitas) dos anos do commodity *boom* precedentes à crise. Portanto, a experiência pós-95 ou pós-2000 não é nova nem única, nem é menos frágil do que anteriores experiências de crescimento acelerado (incluída a do período 1950-75).

Em segundo lugar, um crescimento sustentado a este ritmo deveria, em princípio, transformar de forma significativa as economias e contribuir de modo determinante para a redução dos níveis de pobreza absoluta. Mas não parece que os resultados neste sentido tenham sido muito positivos. O padrão de crescimento centrou-se tanto na exploração de recursos naturais não renováveis que poucas mudanças houve na estrutura produtiva durante o período de crescimento acelerado (tanto desde 1995, como desde 2000). A mudança estrutural mais notável é o crescimento da estrutura do sector de serviços, cujos motores variaram entre o *boom* das telecomunicações, especialmente da telefonia móvel, o desenvolvimento dos sectores financeiros como resultado da financeirização global e liberalização financeira do ajustamento estrutural e, naturalmente, a crescente informalização, que também se reflecte num aumento substancial de população que encontra emprego precário nas múltiplas actividades de comércio, transporte e serviços pessoais informais que acompanham o desenvolvimento urbano acelerado num contexto de fraca industrialização ou mesmo de desindustrialização. Portanto, o modelo de acumulação de “África emergente” dos anos 2000 é muito diferente do observado noutras economias emergentes em desen-

¹⁷ Ver também Oya (2007).

volvimento, onde se constata um processo acelerado de industrialização, uma rápida diversificação da produção e uma tendência para a especialização em sectores de mais elevado nível tecnológico e maior produtividade, como demonstram em especial as economias emergentes do Leste asiático. Os dados agregados para a região Subsaariana, bem como os observados por países, mostram que os países “emergentes” nesta região não desenvolveram capacidades para produzir e exportar produtos manufacturados de grande valor acrescentado (Tabela 1). Se juntarmos as 23 economias dos dois grupos ‘emergentes’, o sector manufactureiro, que representava 10.3% do PIB em 1995, passou a representar só 9.6% em 2008. O peso médio do sector manufactureiro nestes países, no período 1995-2008, foi menor (9.4%) do que a já baixa média de África Subsaariana (14.2%).

TABELA 1 INDÚSTRIA MANUFACTUREIRA EM ÁFRICA E ÁSIA: BALANÇO COMPARATIVO

REGIÕES - PAÍSES	INDÚSTRIA MANUFACTUREIRA	EXPORTAÇÕES DE MANUFACTURADOS		EXPORTAÇÕES DE MANUFACTURADOS DE ALTA TECNOLOGIA	
	(% PIB)	(% X)		(% DE X DE MANUFACTURAS)	
	2009	1995-99	2000-09	1995-99	2000-2009
Ásia Oriental e Pacífico ^a	32	77	80	26	31
Renda baixa e média	21	61	60	15	19
Renda Baixa	13	44	49	3	3
África Subsaariana	13	29	32	6	5
Etiópia	4	9	9	0	3
Ghana	7	15	21	4	2
África do Sul	15	53	55	7	6
Tanzânia	7 ^b	16	19	3	1

FONTE Elaboração própria, a partir de dados do World Development Indicators 2010.

NOTAS

[a] Apenas inclui economias em desenvolvimento (excluindo, portanto, países da OCDE como o Japão ou a Coreia do Sul);

[b] Dado de 2006.

McMillan e Rodrik (2011) fornecem evidência empírica comparada confirmando estas tendências, pois no período 1990-2005 houve em média, em África (bem como na América Latina,) uma mudança estrutural “perversa” (reduzidora da produtividade), isto é, passagem de empregos em sectores mais produtivos (indústria) para sectores menos produtivos (agricultura, serviços informais...), neutralizando assim

em parte alguns ganhos em produtividade dentro dos sectores.¹⁸ Em suma, trata-se geralmente de processos de crescimento liderados por *booms* dos mercados de produtos primários, especialmente de minerais, bem como de alguns subsectores de serviços, beneficiados pelos processos de privatização (o caso do dinamismo das telecomunicações é comum a muitos países da região). Assim, o período de *boom* dos anos 2000, precedente à crise, apenas consolidou o padrão de especialização primária e/ou a lógica de receitas e economias extractivas prevalecente em grande parte de África¹⁹, agudizando deste modo a dependência estrutural daquilo que ocorre nos mercados de produtos básicos (*commodities*), os termos de intercâmbio associados e a competição por recursos naturais entre as potências industriais às quais se vão juntando as economias emergentes.

Este padrão de acumulação tem importantes implicações no que se refere a indicadores sociais, emprego e pobreza. Na África do Sul, de 2000 a 2007, apenas foram criados 1,7 milhões de postos de trabalho, a maioria deles temporais, num país que se confronta com uma taxa de desemprego de cerca de 20% ou de quase 40% se incluirmos aqueles que se resignaram e não buscam activamente emprego (Marais 2009, p.6). Outras economias “emergentes” do sub-continente apresentam contradições semelhantes. Com estas constatações não se pretende negar alguns dos progressos assinalados por Radelet sobre a “África emergente”, mas não podemos esquecer que no passado (anos 60 e 70) já houve um progresso significativo, sem o devido reconhecimento, num número ainda maior de países (Jerven 2010a)²⁰, ao passo que os actuais processos de crescimento económico têm carácter desequilibrado e contraditório, por serem excessivamente extractivos e extravertidos.

IMPLICAÇÕES PARA MOÇAMBIQUE

Nesta secção abordaremos algumas das implicações de tudo o que foi anteriormente analisado para um país como Moçambique, frequentemente citado como um dos

¹⁸ Como resultado disto, McMillan e Rodrik (2011, p.18) estimam que 61% do diferencial de produtividade do trabalho de África e Leste asiático (a favor deste último) se explica pelo efeito perverso da mudança estrutural.

¹⁹ Ver Castel-Branco (2011) para uma ilustração do caso de Moçambique.

²⁰ Jerven (2010a, p.30) afirma que “o recente período de crescimento económico não trouxe tantas melhorias para o desenvolvimento humano como as que se deram no período de crescimento sustentável de 1950-75”.

casos de maior êxito nos tempos recentes e, por isso, considerado parte da chamada “África emergente”. Seria desnecessário e inútil negar os progressos alcançados desde a assinatura dos acordos de paz em 1992, tanto económica como socialmente. Não se trata apenas das altas taxas de crescimento, mas também do progresso a nível de escolarização e dos indicadores de saúde, bem como da melhoria das infra-estruturas básicas. O “dividendo da paz”, em conjunto com o contexto económico internacional e regional pré-crise, e sobretudo com as generosas contribuições da ajuda internacional a Moçambique desde meados dos anos 90, foram sem dúvida factores centrais na “emergência” de Moçambique. No entanto, do mesmo modo que antes se questionou a “bonança” dos anos 2000, cabe agora fazer uma leitura menos eufórica da experiência de Moçambique e as possíveis implicações da mudança no contexto económico internacional. Assim, o padrão de acumulação actualmente dominante na economia de Moçambique reproduz o tipo de debilidades e vulnerabilidades que muitas outras economias africanas apresentam histórica e recentemente, o que incide na generalização do chamado “crescimento recorrente” (Jerven 2010a). Abaixo questionaremos se os actuais quadros estratégicos de desenvolvimento, e em particular o quadro principal, o PARP, têm em conta este facto ou simplesmente o ignoram.

Do ponto de vista histórico, não constitui novidade o carácter extractivo do padrão de acumulação em Moçambique, mas é verdade que, desde os finais dos anos 90, vem sendo muito exacerbado o grau de concentração em actividades de extracção e o carácter central e estruturante da economia extractiva para o desenvolvimento económico do país. A chegada dos chamados “mega-projectos” criou desequilíbrios e níveis de concentração de produção e comércio exterior sem precedentes, sobretudo com os investimentos no sector do alumínio (Mozal), gás natural, hidrocarbonetos e carvão. Portanto, o padrão de acumulação baseia-se, por um lado, no papel preponderante dos interesses capitalistas multinacionais na extracção de recursos minerais (e naturais em geral) e em mínimas actividades de processamento e, por outro lado, na capacidade do Estado moçambicano de atrair fluxos de capital público estrangeiro (ajuda externa) para financiar despesas de cariz social e sustentar o aparelho do Estado (Castel-Branco 2010).

Este padrão de acumulação é consistente com as tendências não muito positivas em relação aos níveis de pobreza, emprego e estado da segurança alimentar. É bem sabido que os dados agregados de crescimento económico são importantes mas não reflectem toda a dimensão do desenvolvimento económico e social e por vezes podem apresentar uma imagem enviesada, especialmente quando o padrão de crescimento

observado é fundamentalmente extractivo. O que acontece com os preços relativos, isto é, o diferencial entre o deflactor do PIB e o IPC, por exemplo, assim como as diferenças entre os índices de preços dos alimentos e os gerais pode explicar que consideráveis taxas de crescimento do PIB não se traduzam logo, a nível macroeconómico, em incrementos semelhantes nos rendimentos reais dos segmentos mais pobres da população (Wuyts 2011). Isto foi, em parte, o que ocorreu em países como Moçambique, cuja recente tensão social e os decepcionantes resultados em matéria de redução da pobreza extrema contrastam com os seus dados macroeconómicos, que ocultam a realidade de um padrão de crescimento desequilibrado e essencialmente extractivo, como bem explica Castel-Branco (2011).²¹ Este autor refere que em Moçambique “mais do que um paradoxo, a consolidação e expansão da dependência externa fazem parte das vias de crescimento e investimento da economia”, pois o governo moçambicano pode oferecer vantagens e incentivos exagerados a grandes empresas multinacionais do sector extractivo, sem a devida tributação, com grande impacto no crescimento económico e efeito mínimo no emprego e na redução da pobreza, ao mesmo tempo que recebe ajuda externa suficiente para suportar despesas sociais e prover serviços públicos (educação, saúde, etc.) que lhe outorgam certa legitimidade política e social (Castel-Branco 2011).

O comércio externo, cujo desempenho melhorou na última década, especialmente após o surgimento das exportações de alumínio e minerais, apresenta importantes níveis de concentração por produto e destino. Assim, o alumínio tem realmente representado cerca de 50% das exportações do país desde o início do ano 2000 até agora. Apenas sete produtos - todos eles produtos primários, com pouco ou nenhum processamento, ou seja, com pouco encadeamento sectorial (Castel-Branco 2010, p.25) - representam 70% das exportações de bens. Como refere este autor, o alumínio, o gás e a energia eléctrica representam mais de 60% das exportações de bens e serviços e destinam-se essencialmente a apenas três mercados. Não se pode ignorar a vulnerabilidade que isto causa, especialmente em tempos de recessão global. Segundo dados de 2010, a Europa representava mais de 60% das exportações de bens de Moçambique. Dadas as dificuldades que enfrentam a maioria de economias europeias, especialmente da zona euro, é preocupante o impacto que isso possa ter a médio prazo sobre a economia de Moçambique.

²¹ À escala agregada para África Subsaariana, os níveis de incidência da pobreza absoluta extrema reduziram apenas 5 pontos percentuais, partindo do nível 47% em 2000 (dados do AEO e do BM).

Embora a análise dos dados estatísticos da produção industrial, comércio externo e infra-estruturas prove este padrão de acumulação, os documentos de estratégia de desenvolvimento e de políticas económicas parecem ignorar estes aspectos centrais e sobre o crescimento económico e a redução da pobreza, levantando em seu lugar questões muito ambíguas, de grande superficialidade de análise e clichés de manuais de economia convencional. As diferentes versões do PARPA (ou PARP na sua designação mais recente) desde 2001 até 2011 são uma boa prova disso, ao mesmo tempo que reflectem as preocupações e prioridades associadas à manutenção do “complexo da Ajuda Externa”, que funciona em paralelo e como instrumento do complexo económico extractivo em torno do qual gira a economia (GdM 2011).

O PARP 2011-14, por exemplo, apresenta projecções de crescimento muito optimistas, à volta de 8% anuais, equilibradas por sectores e sem considerar explicitamente os efeitos do contexto global de crise, assumindo que este crescimento estará directamente relacionado com os programas e actividades contidos no documento. Nas 53 páginas do Plano, a palavra “crise” é mencionada apenas duas vezes e precisamente a propósito das previsões de crescimento, assumindo-se que em 2010-11 já se estava numa fase de recuperação mundial, o que está longe de ser verdade. Assim o PARP (GdM 2011, p.10) refere:

O crescimento da economia moçambicana no ano de 2010 foi de 6.5%, o que é resultado em grande medida do início da recuperação da economia mundial face à crise financeira internacional. Na perspectiva de que este cenário se mantenha nos próximos anos, espera-se um crescimento médio anual de cerca de 7.7% durante o período 2011-2014.

Apenas se mostra cautela ao estimar o conjunto de recursos da Ajuda Internacional programada para o período 2011-14, que é mantida ao redor de 60 bilhões de Mt, não se esperando aumentos, atribuindo o aumento de recursos tributários ao esperado incremento das receitas fiscais nacionais. Isso era inevitável, porque já se torna evidente que os orçamentos que muitos doadores importantes para Moçambique destinam à cooperação internacional serão drasticamente reduzidos a partir de 2012 (casos de Espanha, Portugal, Itália e, provavelmente, a Holanda e outros países da zona Euro).

O PARP 2011-14 define eixos de intervenção e crescimento económico muito convencionais. Primeiro, realça a importância de aumentar a produtividade do sector da agricultura e pescas, devido ao impacto que ele tem sobre uma parte da população pobre. Segundo, prioriza a criação de “emprego decente”, basicamente através da conveniente típica referência às micro, pequenas e médias empresas, assumindo novamente que sejam empresas deste tipo que proporcionam empregos mais decentes! E

terceiro, como não podia deixar de ser, o desenvolvimento humano e social – leia-se, continuar a promover a educação e a saúde, na linha estratégica que Amsden (2010, p.60) - resume muito bem como:

grassroots activists hold as an article of faith that a supply of better clothed, housed, and fed workers automatically creates the demand to employ it at a living wage

Isto é fundamentalmente uma estratégia de crescimento e pobreza “supply-driven”, pouco ligada às experiências históricas de redução da pobreza e crescimento económico sustentável que melhor exemplificam a noção de desenvolvimento económico a longo prazo. O lado da procura e a problemática de quem deve criar empregos, que é simplesmente deixada no ar, como se por passe de magia os agentes económicos mais vulneráveis (micro e pequenas empresas informais) fossem os principais responsáveis pela criação massiva de empregos de grande qualidade, o que não deixa de ser uma fantasia.

Portanto, o único sector *produtivo* que merece menção no PARP é o da agricultura e pescas, que curiosamente não é o sector mais dinâmico da economia do país, mas que segundo o PARP é o que tem maior potencial para reduzir a pobreza, pelo simples facto de que um grande número de ‘pobres’ vive directa ou indirectamente da agricultura. Não há sequer referência ao sector industrial nem à extração de recursos minerais, o que revela a miopia dos documentos sobre políticas de redução da pobreza e a forma superficial como analisam o processo de crescimento económico e acumulação, ou simplesmente o desfazamento entre a retórica dos documentos oficiais de política e a realidade económica e política do país. De facto, é difícil entender a política económica do país com base numa simples leitura do seu documento de estratégia de desenvolvimento, supostamente mais importante. Provavelmente a omissão não seja casual. Sem dúvida que o actual padrão de crescimento económico e acumulação, bem como os sistemas de redistribuição das receitas (se é que existem) não conduzem à aceleração da redução da pobreza sustentável. Os dados sobre pobreza absoluta do último inquérito sobre os orçamentos familiares (2008-09) revelaram pouca fiabilidade, mas também a muito provável estagnação dos níveis de pobreza, apesar dos dados positivos de crescimento do PIB *per capita*. Esta constatação empírica deveria ter sido suficiente para se questionar o modelo de crescimento e acumulação dominantes, mas o PARP ignorou esta oportunidade, provavelmente não por casualidade.

Apenas se faz a habitual referência à necessidade de promover as indústrias que usam mão-de-obra intensiva, algo que já vem sendo há muito repetido, mas que con-

traria o processo de crescimento, precisamente centrado em indústrias muito pouco intensivas no uso de mão-de-obra. Não se especificam que sub-setores e oportunidades há, nem com que mecanismos se atrairiam investidores para este tipo de actividades. A equação “promoção de emprego = promoção de actividades intensivas em trabalho” não indica claramente o caminho a seguir em termos de medidas de política económica, sobretudo num contexto onde não existe uma política industrial activa digna desse nome. Amsden (2010) insiste claramente na importância que teve no Leste da Ásia a criação massiva de empregos por via de uma industrialização acelerada, baseada no “emprego em fábricas” e não em actividades dominadas por micro-empresas e muito menos impulsionada pelo auto-emprego. Esta realidade histórica choca com a insistência dos planos de redução da pobreza e de promoção do crescimento económico baseados na produtividade dos pequenos camponeses e no “dinamismo” das pequenas unidades informais.

Nestes documentos oficiais não há qualquer consideração sobre as implicações do contexto internacional, dado o modo de acumulação preponderante na economia moçambicana. Não se analisam as possíveis implicações nos investimentos na economia extractiva, da dinâmica dos preços de matérias-primas ou da evolução da procura internacional dos produtos que geram o grosso das divisas para Moçambique.

A volatilidade e sustentabilidade no tempo deste modelo de acumulação, consolidado desde os anos 2000, é uma questão crucial. Se esgotar o ciclo do *commodity boom* como resultado de uma recessão prolongada dos países da OCDCE, com o possível contágio às economias emergentes, que a longo prazo parece ser inevitável, as perspectivas para países como Moçambique serão preocupantes. O impacto que a fuga de capitais estrangeiros e a queda da procura de produtos primários pode ter sobre a dinâmica da acumulação e crescimento económico pode ser desastroso a curto e médio prazos. Como já se referiu, a recessão global pode também ameaçar a manutenção das contribuições provenientes da Ajuda Internacional, que são fundamentais para a actual sustentabilidade política do modelo de acumulação de Moçambique. Na verdade, a possível perda destas contribuições e de receitas fiscais poderia ser amenizada se houvesse uma mudança radical na política fiscal em relação aos grandes projectos e à economia extractiva, como vêm insistindo diversos foros investigadores do IESE nos últimos anos.

BIBLIOGRAFIA

- Amsden, A.H., 2010. Say's Law, Poverty Persistence, and Employment Neglect. *Journal of Human Development and Capabilities*, 11(1), pp.57–66.
- Castel-Branco, C., 2010. Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique. *Cadernos IESE*, 1. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/?__target__=publications_documents.
- Castel-Branco, C., 2011. El milagro económico de Mozambique: una visión crítica. In Instituto Español de Comercio Exterior (ICEX), ed. *Claves de la Economía Mundial*. Madrid: Instituto Español de Comercio Exterior (ICEX).
- Cramer, C., Johnston, D. & Oya, C., 2009. Africa and the Credit Crunch: From Crisis to Opportunity? *African Affairs*, 108(433), pp.643–654.
- Fine, B., 2008. The Minerals-Energy Complex is Dead: Long Live the MEC? Disponível em: http://www.amandlapublishers.co.za/component/option,com_docman/task,cat_view/gid,100/Itemid,163/ [Acedido June 18, 2012].
- Fine, B., 2010. Looking at the Crisis through Marx: Or Is It the Other Way about? *China Review of Political Economy*. Disponível em: <http://eprints.soas.ac.uk/8468/> [Acedido June 18, 2012].
- Fosu, A.K., 2010. *The Global Financial Crisis and Development: Whither Africa?*, UNU-WIDER. Disponível em: http://www.wider.unu.edu/publications/working-papers/2010/en_GB/wp2010-124/ [Acedido June 18, 2012].
- GdM, 2011. *Plano de Acção para Redução da Pobreza (PARP) 2011-2014*, Maputo: Governo de Moçambique (GdM). Disponível em: www.mpd.gov.mz/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=45&Itemid=50%E2%8C%A9=pt.
- Hailu, D., 2008. *Are the Cheetahs Tracking the Tigers? Probing High Growth Rates in Africa*, International Policy Centre for Inclusive Growth. Disponível em: <http://ideas.repec.org/p/ipc/opager/70.html> [Acedido June 18, 2012].
- IMF, 2010. Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa: Resilience and Risks. *International Monetary Fund*. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/reo/2010/AFR/eng/sreo1010.htm> [Acedido June 18, 2012].
- Jerven, M., 2010a. African growth recurring: an economic history perspective on African growth episodes, 1690 - 2010. *Economic History of Developing Regions*, 25(2), pp.127–154.

- Jerven, M., 2010b. Random Growth in Africa? Lessons from an Evaluation of the Growth Evidence on Botswana, Kenya, Tanzania and Zambia, 1965–1995. *Journal of Development Studies*, 46(2), pp.274–294.
- Lawrence, P., 2010. La Recesión Económica Global: Efectos e Implicaciones en el África Subsahariana. In Instituto Español de Comercio Exterior (ICEX), ed. *Claves de la Economía Mundial*. Madrid: Instituto Español de Comercio Exterior (ICEX), pp. 425–431. Disponible em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=272784> [Acedido June 18, 2012].
- Marais, H., 2009. The Impact of the Global Recession on South Africa (ARI) - Elcano. *Real Instituto Elcano*. Disponible em: http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/riecano_eng/Content?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/elcano/elcano_in/zonas_in/ari115-2009 [Acedido June 18, 2012].
- McMillan, M.S. & Rodrik, D., 2011. Globalization, Structural Change and Productivity Growth. *National Bureau of Economic Research Working Paper Series*, No. 17143. Disponible em: <http://www.nber.org/papers/w17143>.
- OECD et al., 2010. *African Economic Outlook 2010*. Paris: OECD Publishing. Disponible em: <http://www.oecd-ilibrary.org/content/book/aeo-2010-en>.
- Oya, C., 2007. Crecimiento y desarrollo económico: ¿una “dummy” africana? In A. Santamaría & Carlos Oya, eds. *Economía política del desarrollo en Africa*. Madrid: Ediciones AKAL, pp. 17–54.
- Oya, C., 2009. La Crisis Alimentaria Mundial y sus Implicaciones para África. In Instituto Español de Comercio Exterior (ICEX), ed. *Claves de la Economía Mundial*. Madrid: Instituto Español de Comercio Exterior (ICEX), pp. 447–454. Disponible em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=272784> [Acedido June 18, 2012].
- Oya, C., 2011. África y la recesión global: Crisis ¿qué crisis? In P.J. Gómez Serrano, ed. *Economía Política de la Crisis*. Madrid: Editorial Complutense, pp. 195–215.
- Padayachee, V., 2010. La crisis económica global: efectos e implicaciones para Sudáfrica en un momento de desafíos políticos. In Instituto Español de Comercio Exterior (ICEX), ed. *Claves de la Economía Mundial*. Madrid: Instituto Español de Comercio Exterior (ICEX), pp. 439–445. Disponible em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=272784> [Acedido June 18, 2012].
- Radelet, S., 2010. *Emerging Africa: How 17 Countries Are Leading the Way*, Center for Global Development.

- Sender, J. & Uexkull, E. von, 2009. *A Rapid Impact Assessment of the Global Economic Crisis on Uganda*. Geneva: International Labour Office (ILO). Disponível em: http://www.google.com/#hl=pt-PT&gs_nf=1&pq=1%C3%ADcito&cp=25&gs_id=6ix&xhr=t&q=Sender+e+von+Uexkull+2010&pf=p&scient=psy-ab&oq=Sender+e+von+Uexkull+2010&aq=f&aqi=&aql=&gs_l=&pbx=1&bav=on.2,or.r_gc_rpw.r_qf,cf.osb&fp=6652b236ec702672&biw=1266&bih=456&bs=1 [Acedido June 26, 2012].
- The Economist, 2011. The hopeful continent: Africa rising. *The Economist*, 3 December. Disponível em: <http://www.economist.com/node/21541015> [Acedido June 18, 2012].
- UNCTAD, 2009. *World Economic Situation and Prospects 2009*. Geneva: United Nations Development Policy and Analysis Division (UNCTAD). Disponível em: <http://archive.unctad.org/Templates/webflyer.asp?docid=10927&intItemID=6041&lang=1> [Acedido June 18, 2012].
- Weeks, J., 2009. *The Global Financial Crisis and Countercyclical Fiscal Policy*, 2009 African Caucus, Keynote speech, 12-13 Agosto 2009, Freetown, Sierra Leona.
- World Bank, 2012. *Global Economic Prospects: Managing growth in a volatile world*. Washington DC. Disponível em: <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/NEWS/0,,contentMDK:23216493~pagePK:64257043~piPK:437376~theSitePK:4607,00.html>.
- Wuyts, M., 2011. “Does economic growth always reduce poverty?”, Lecture in Maputo, Governance Residential School in Maputo. Disponível em: www.governancein africa.org/wp-content/uploads/2011/05/Does-economic-growth-always-reduce-poverty-by-M-Wuyts.pptx.